



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 12/2019, em que é recorrente **Osmond Nnaemeka Odo** e recorrido o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 26/2019

(Osmond Nnaemeka Odo v. STJ, sobre violação do direito à liberdade, da garantia da presunção da inocência e da garantia de não ser mantido em prisão preventiva fora dos prazos legais)

I – Relatório

1. O relatório destes autos já havia sido recortado em grande medida pelo acórdão de admissão (*Acórdão n.º 23/2019, de 27 de junho de 2019, Osmond Odo v. STJ, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no BO, I Série, n.º 79, de 22 de julho de 2019, pp. 1232-1236*).

1.1. Assim reitera-se o que foi relatado nesta decisão, acrescentando-se, na sequência, um resumo e a tramitação subsequente:

“1. Osmond Nnaemeka Odo, “mcp Aussi”, com os demais sinais de identificação nos autos, não se conformando com o Acórdão n.º 20/2019, de 22 de março, através do qual o Supremo Tribunal de Justiça indeferiu o seu pedido de habeas corpus, vem, ao abrigo do artigo 20º, n.º 1, alíneas a) e b), e n.º 2 da Constituição da República de Cabo Verde (CRCV), interpor recurso de amparo, alegando, em síntese, que:

1.1. Detido e apresentado ao poder judicial para o primeiro interrogatório, foi-lhe aplicada a prisão preventiva, medida de coação sob a qual aguarda os ulteriores termos do processo desde o passado dia 19 de julho de 2018;

1.2. Por despacho de 13 de dezembro de 2018, o Ministério Público deduziu acusação, tendo-lhe imputado a prática de um crime de tráfico de estupefacientes

agravado previsto e punido pelos artigos 3.º, n.º 1, e 8.º, alínea l) da Lei n.º 78/IV/93, de 12 de julho;

1.3. Até à data em que apresentou o pedido de habeas corpus, não tinha sido notificado do despacho de pronúncia, ou equivalente;

1.4. Por considerar que se encontrava em regime de prisão preventiva há mais de oito meses, uma vez que não foi pronunciado nem sequer notificado da data para a realização do julgamento, requereu ao Supremo Tribunal de Justiça a providência de Habeas Corpus nos termos do artigo 36.º da CRCV, conjugado com o disposto no artigo 18.º e seguintes do CPP;

1.5. Mas o seu requerimento foi julgado improcedente nos termos do acórdão recorrido;

1.6. Na perspetiva do recorrente a interpretação com base na qual se indeferiu o seu pedido de habeas corpus é passível de violar a Constituição da República, ou seja, adotou-se uma interpretação extensiva que extravasa a letra da lei e que repercutiu diretamente na violação dos direitos fundamentais, nomeadamente o direito à liberdade sobre o corpo e à presunção de inocência do arguido;

1.7. “A referida interpretação põe em causa o princípio da presunção da inocência do artigo 1º do CPP e artigo 35.º, n.º 1 da CRCV, “todo o arguido presume-se inocente até ao trânsito em julgado de sentença condenatória, devendo ser julgado no mais curto prazo compatível com as garantias de defesa.”

1.8. “De igual modo o acórdão viola flagrantemente o artigo 294º do CPP, com uma interpretação que vai para além da letra e do espírito da lei, e contradiz e de que maneira a intenção do legislador, ou seja, quis proteger a independência e a liberdade do juiz detentor do processo, artigos 218º e 222º todos da CRCV;”

1.9. “Os Juizes do Supremo Tribunal de Justiça, ao elevarem o prazo para catorze meses, violaram o principio da presunção de inocência, artigos 35.º, n.º 1 da CRCV, 1.º e 294, n.º 3 do CPP, ou seja, substituíram o papel do Juiz do Tribunal Judicial da Comarca de Santa Catarina, detentor do processo;”

1.10. “Deram ao artigo 279.º do CPP, uma interpretação para além da letra e do espírito da lei, extrapolando e de que maneira a intenção do legislador, que é limitar os prazos de prisão preventiva, uma vez que a liberdade é um direito fundamental e constitucionalmente salvaguardado aos cidadãos;”

1.11. “Ao aplicar ao recorrente uma multa de 30.000\$00, é uma clara tentativa de intimidação e restrição dos cidadãos ao acesso à justiça e a casa do povo;”

1.12. Termina o seu arrazoadado formulando os seguintes pedidos:

“deve o presente recurso:

- Ser admitido, por ser legalmente admissível, nos termos do art.º 20º, n.º 1 e 2, da Constituição da República de Cabo Verde;

- Ser julgado procedente e consequentemente revogado o acórdão n.º 20/2019, datad[o] de 22 de Março de 2019, do Supremo Tribunal de Justiça, com as legais consequências;

- Restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados, (liberdade e presunção de inocência.)”

1.13. Instruiu-se a petição de recurso com cópias do pedido de habeas corpus e do Acórdão n.º 12/2019, de 19 de fevereiro.”

1.2. Em síntese, o que alega e pede é o seguinte:

1.2.1. Que a sua manutenção em regime de prisão preventiva pelo Egrégio Supremo Tribunal de Justiça na sequência de interpretação lançada ao número 1 do artigo 279 do CPP, viola o seu direito à liberdade sobre o corpo, a sua garantia de presunção de inocência e o artigo 294 do CPP por se manter fora dos prazos previstos pela lei, posto que se encontra confinado cautelarmente há mais de oito meses sem que tenha sido pronunciado;

1.2.2. Que a elevação do prazo de prisão preventiva pelos juízes do órgão recorrido, o não seguimento da sua própria jurisprudência nessa matéria e a aplicação de uma multa por aquele coletivo alegando manifesta falta de fundamento da providência especial também violam os seus direitos à liberdade e de acesso à justiça;

1.2.3. De modo que requer a este Tribunal o restabelecimento dos seus direitos.

1.3. Nos termos do estabelecido no artigo 12.º da Lei do Amparo, os autos foram com vista ao Ministério Público para promover o que entendesse conveniente a respeito da admissibilidade do recurso.

Em resposta, Sua Excelência o Senhor Procurador-Geral Adjunto emitiu o douto parecer constante de f. 17 a 19 dos autos, tendo considerado que:

“Notificado nos termos do disposto no nº 1 art.º 12º da Lei 109º/VI/94, de 24 de outubro, Lei do Amparo Constitucional, para pronunciamento sobre a admissibilidade do pedido ou a rejeição do recurso, o Ministério Público pronuncia-se, de forma breve, por um lado devido à pouca complexidade das questões levantadas, por outro, porque já se torna recorrente a utilização do mesmo tipo de recurso, com os mesmos fundamentos e argumentos. Por fim, não passam despercebidas algumas coincidências como, tratar-se da mesma estratégia processual, iniciando-se por um pedido de habeas corpus, terminando pelo pedido de amparo, os mesmos advogados, o mesmo tipo de crimes e de arguidos, os mesmos fundamentos e argumentos. Não espanta, por conseguinte, a condenação pelo Supremo Tribunal de Justiça, nos termos do art.º 22º do CPP, perante pedidos manifestamente infundados. Temos advogado este rigor na aplicação da lei. Por estas mesmas razões, os nossos pareceres não podem deixar de ser repetitivos. Salvo o sempre e merecido respeito e, sem qualquer pretensão de defender o cerceamento das garantias de acesso à justiça e de defesa a todos [os] cidadãos, na preservação dos seus direitos fundamentais, consagrados constitucionalmente, começa a ser preocupante a banalização que se começa a dar aos pedidos de habeas corpus e recursos de amparo, em certos casos, a nosso ver, manifestamente, sem qualquer fundamento. Cabe aos Tribunais “pôr ordem” nesta situação, usando as ferramentas fornecidas pela lei. Reconforta o facto do STJ começar a fazer uso do disposto no art.º 22º do CPP e, a certeza de que o egrégio Tribunal Constitucional, doutamente saberá exercer a

necessária pedagogia. Fundamenta o presente recurso de amparo, a inconformidade com a decisão do Supremo Tribunal de Justiça que, por acórdão nº 20/2019, de 22 de março, indeferiu o pedido de habeas corpus. [...] Não assiste fundamento ao recorrente, não tendo ocorrido qualquer violação de direito, liberdade e garantia fundamental constitucionalmente reconhecido, concretamente os alegados pelo mesmo. Labora em confusão interpretativa da lei e de entendimento do acórdão a quo. O douto acórdão do STJ interpretou e aplicou corretamente a lei e, daí, não resultou violação de quaisquer direitos fundamentais do recorrente. Contrariamente ao entendimento por este defendido, conforme dispõe, expressamente a Lei processual penal, a audiência contraditória preliminar (ACP) tem carácter facultativo e, só pode ter lugar a requerimento do arguido ou do assistente, nos termos do artigo 324º e no processo ordinário – art.º 323º do CPP. Ora, das informações constantes dos autos, não se mostra que a ACP tenha ocorrido. Em tal situação, é evidente que, por referência expressa da lei, o prazo para efeitos de prisão preventiva é o da condenação em primeira instância, ou seja, de catorze meses. Nenhum reparo à decisão do STJ! Por outro lado, entende o requerente que o acórdão do STJ, decidindo nos termos referidos, procedeu à prorrogação do prazo de prisão preventiva, de oito para catorze meses! Não nos merece grande comentário, esta interpretação, pela evidência do equívoco. A prorrogação dos prazos de prisão preventiva ocorre nos termos nº 2 do art.º 279º do CPP, o que não é o caso. E a decisão do STJ, terá violado o seu direito fundamental à presunção de inocência e do direito à liberdade! Evidentemente não. Dispõe o nº 1 do art.º 2º da Lei nº 109/IV/94 que “Só podem ser objeto de recurso de amparo, a prática ou a omissão de actos ou de factos, qualquer que seja a sua natureza, a forma de que se revestem, praticados por qualquer órgão dos poderes públicos do Estado, das autarquias locais e dos demais entes públicos de carácter territorial ou institucional, bem como pelos seus titulares, funcionários ou agentes que violem os direitos, liberdades e garantias fundamentais reconhecidos nos termos da Constituição.” Com o recurso de amparo pretende-se estabelecer ou preservar direitos, liberdades e garantias fundamentais constitucionalmente reconhecidos e não, transformá-lo em mais uma instância de recurso ordinário das decisões do STJ. Para o recurso de amparo, não basta o inconformismo com a decisão do STJ. Exige-se que, à partida, um direito fundamental, reconhecido pela Constituição da República, tenha sido violado e, se observe os procedimentos formais. No Estado de Direito, as instituições aplicam a Lei e a Constituição. E desta aplicação, in casu, resulta evidente que, o prazo de prisão

preventiva, de catorze meses, ainda não expirou. Desnecessário referir, por demais consabido que, a prisão preventiva não viola qualquer direito fundamental, antes constituindo exceção ao direito à liberdade, previst[o] na própria Constituição da República – art.º 30º. Conclui-se pela manifesta inexistência de violação dos direitos, liberdades e garantias fundamentais constitucionalmente reconhecidos, como suscetíveis de recurso de amparo. Pelas razões expostas, sendo o presente recurso de amparo, manifestamente inadmissível, deve ser rejeitado in limine, nos termos do art.º 16º, nº 1, al. e) da LA.”

2. Após a admissão do pedido através do acórdão já mencionado no proémio desta decisão o processo conheceu a seguinte tramitação:

2.1. No dia 9 de julho, os autos foram distribuídos ao JC Pina Delgado que, a partir desse dia, assumiu a relatoria do processo.

2.2. Por despacho do mesmo dia, cumprido a 12 de julho, a entidade recorrida foi notificada ao abrigo do número 2 do artigo 18 da *Lei do Amparo e do Habeas Data*, mas, entretanto, optou por não se pronunciar.

2.3. Seguidamente, conforme disposto no mesmo despacho, no dia 22 de julho, nos termos do artigo 20 do mesmo diploma legal os autos seguiram para vista final do Ministério Público tendo esta entidade respondido, no dia seguinte, com receção no Tribunal Constitucional a 24 de julho, adotando linha segundo a qual: *“Notificado nos termos do disposto no art.º 20º da Lei nº 109º/IV/94, de 24 de Outubro, Lei do Amparo Constitucional, para pronunciamento sobre a admissibilidade ou a rejeição do recurso de amparo, O Ministério Público pronuncia-se, por forma a reiterar a posição assumida no parecer inicial, para o qual remete, concluindo, como concluiu, pela manifesta inexistência de violação dos direitos, liberdades e garantias fundamentais constitucionalmente reconhecidos, como suscetíveis de recurso de amparo. Deve, por conseguinte, o pedido de amparo ser indeferido”*.

2.4. A 5 de agosto, o relator depositou um projeto de acórdão na secretaria, requerendo a inscrição imediata da questão na tabela de julgamento do Tribunal Constitucional.

2.5. Nos termos da f. 47 v. dos autos o julgamento foi marcado para o dia 9 de agosto, tendo sido realizado na data marcada, na qual se decidiu nos termos como abaixo se regista, podendo contar com a concordância de todos quanto à decisão e quanto aos fundamentos.

II. Fundamentação

1. O recorrente na sua petição de amparo impugnou pelo menos quatro condutas do órgão recorrido, alegando que todas violaram seus direitos, liberdades e garantias:

A – Segundo o seu arrazoadado, a egrégia corte recorrida teria violado os seus direitos de liberdade sobre o corpo e de presunção da inocência, pois estaria mantido em prisão preventiva para além do prazo legalmente previsto, na medida em que já se havia esgotado na altura em que deu entrada ao recurso de *habeas corpus* o prazo de oito meses sem que tivesse sido pronunciado pelo juiz comarcão.

B – Além disso, o Supremo Tribunal de Justiça teria substituído ilegalmente o juiz de instância e elevado o prazo de prisão preventiva para catorze meses.

C – Terceiro, afirma que, com a sua decisão, a entidade recorrida terá contrariado decisões jurisprudenciais anteriores, na medida em que em situações muito semelhantes essa entidade terá deferido pedidos de *habeas corpus* e que a mesma vai de encontro a um voto vencido proferido num processo anterior que terá decorrido perante a entidade recorrida.

D – A quarta conduta impugnada, segundo o recorrente, estaria relacionada com o facto do órgão recorrido ter-lhe condenado no pagamento de uma quantia de trinta mil escudos, nos termos do artigo 22 do Código de Processo Penal, pela manifesta falta de fundamentação do pedido, o que, do seu ponto de vista, seria uma violação do direito de acesso à justiça e das garantias de defesa, além de ser um ato de intimidação e sonegação de justiça.

Entretanto, conforme ficou decidido sem contestação posterior no *Acórdão nº 23/2019, de 27 de junho de 2019, Osmond Odo v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado pelo *Boletim Oficial*, I Série, m. 79, 22 de julho de 2019, pp. 1232-1236, que admitiu o

pedido do recorrente a trâmite, a única conduta que o Tribunal estaria legitimado a escrutinar seria a primeira, na medida em que, relativamente às outras, faltaria o pressuposto previsto pela alínea c) do número 1 do artigo 3 da Lei do Recurso de Amparo e do *Habeas Data*. Isto porque o recorrente não teria dirigido ao Supremo Tribunal de Justiça um pedido requerendo a reparação dos direitos eventualmente violados pelas condutas que só poderia ter sido perpetradas originariamente por esse tribunal superior.

Relativamente à primeira conduta o Tribunal entendeu naquela decisão que o pedido de reparação teria sido feito, com o recurso de *habeas corpus*, pois que impugnou exatamente o facto de se encontrar preso além do prazo legal, pelo que a entidade recorrida estaria obrigada a dela conhecer e eventualmente reparar o direito, tendo, entretanto, concluído que não houve nenhuma violação de direito, liberdade e garantia do recorrente pela conduta impugnada. Já o mesmo não se pode alegar em relação às outras condutas, uma vez que elas foram praticadas pelo órgão recorrido no processo de modo originário e não houve nem antes nem depois da sua prática qualquer tipo de pedido de reparação.

2. A essas condutas, o recorrente atribui expressamente a violação da sua liberdade sobre o corpo e à sua garantia à presunção da inocência, não sendo de se questionar que poderão em abstrato impactar com a última e através desta com a primeira. Porém, o parâmetro mais evidente e forte no caso concreto porque consagrado de modo mais taxativo a partir da sua formulação como uma regra é a garantia estabelecida pelo número 4 do artigo 31 da Lei Fundamental de não ser mantido em prisão preventiva fora dos prazos previstos pela Lei, com a fórmula linear segundo a qual “*a prisão preventiva está sujeita aos prazos legais estabelecidos na lei*”.

2.1. Este Tribunal Constitucional já tinha construído o seu entendimento geral a respeito desta garantia em vários arestos, nomeadamente quando,

2.1.1. Asseverou que “*a prisão preventiva é a medida de coação de ultima ratio. Por conseguinte, a sua duração não pode ultrapassar os limites legais e constitucionais, nem pode ser confundida com uma constitucionalmente ilegítima antecipação da pena. Além de, no geral, possuir um potencial lesivo do direito à liberdade sobre o corpo, de forma específica coloca-se sempre em posição de vulneração da garantia da presunção*

da inocência” (p. 2143) (Acórdão nº 24/2018, de 13 de novembro, Alexandre Borges v. STJ, Rel: JC Pina Delgado, publicado no BO, I Série, n. 88, 28 de dezembro de 2018, pp. 2132-2157).

2.1.2. Considerou que *“Como medida de coação da última ratio encontra-se constitucionalmente protegida temporalmente pela norma do n.º 4 do artigo 31.º da Constituição, ao estabelecer que “a prisão preventiva está sujeita aos prazos estabelecidos na lei, não podendo, em caso algum, ser superior a trinta e seis meses, contados a partir da data da detenção ou captura, nos termos da lei.” Por conseguinte, a sua [...] duração não pode ultrapassar os limites constitucionais e legais, nem pode ser confundida com a antecipação da pena, sob pena de se violar o princípio da presunção de inocência*” (p. 14) (Acórdão nº 25/2018, de 29 de novembro, Arlindo Teixeira v. STJ, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no BO, I Série, n. 88, Suplemento, 28 de dezembro de 2018, pp. 11-21).

2.1.3. Assentou que *“A norma do Código de Processo Penal que estipula os prazos máximos de prisão preventiva, em cada fase processual, tem a textura de regra, pelo que a sua interpretação e aplicação é relativamente simples, porque as regras contêm comando que ou se cumpre ou não se cumpre, diferente dos princípios que possuem estrutura de conteúdo mais flexível, passíveis de várias interpretações. Em princípio, uma regra que estipulasse um prazo máximo para a prática de um ato ou duração de uma medida qualquer não criaria este tipo de problema, pois findo o prazo já não seria possível praticar o ato ou a medida teria necessariamente que deixar de produzir os seus efeitos. Pelo que a prática do ato ou a duração da medida, como se revela o nosso caso, para além do prazo seria, em princípio, ilegal*” (p. 186) (Acórdão nº 1/2019, de 10 de janeiro, Aldina Ferreira v. STJ, Rel: JC Pina Delgado, publicado no BO, I Série, nº 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 178-187).

2.2. Nesta conformidade, com a garantia em causa, acoplada a outra garantia, a de que em caso algum a prisão preventiva poderá ser superior a trinta e seis meses, o legislador tenta, estabelecendo um limite aparentemente máximo, também fixar balizas intercalares que acompanham fases processuais penais relevantes estabelecidas pela própria lei e assim constitucionalizando expressamente esses limites na medida em que sejam mantidos pelo legislador ordinário.

Fá-lo, então, através de uma norma constitucional com textura de regra, clara e taxativa que adota o critério adotado pela norma legal e que lhe dota, enquanto estiver em vigor de força constitucional, de tal sorte que a preterição dos limites estabelecidos pela lei processual penal para a manutenção da prisão preventiva em cada momento de tramitação, transforma-se, *ipso facto*, numa desconformidade constitucional e numa vulneração de uma posição jurídica fundamental.

3. Assim, tendo recortado a conduta a ser escrutinada pelo Tribunal e fixado o parâmetro, a próxima questão a ser resolvida pelo Tribunal terá necessariamente que ver com o fundo do problema, no sentido de se responder se a entidade recorrida, com a sua conduta, terá violado a liberdade sobre o corpo e a presunção da inocência do recorrente, conforme afirma.

3.1. No dizer do recorrente o seu pedido teria fundamento na alínea b) do número 1 do artigo 279 do Código de Processo Penal, na medida em que, segundo entende, permanece em prisão preventiva há mais de oito meses sem que tenha sido pronunciado pelo magistrado judicial da Comarca de Santa Catarina.

Pois nas suas palavras: “[...] o recorrente não vê outra alternativa se não impetrar o presente recurso de amparo constitucional, impugnando o acórdão n.º 20/2019, datado de 22 de Março de 2019, na esperança que a mesma decisão será revogad[a] e substituída por uma outra que vá [ao] encontro com os preceitos constitucionais. 16. O recorrente requereu Habeas Corpus na esperança de ser devolvido o direito [à] liberdade, uma vez que o mesmo está detido preventivamente há oito meses sem conhecer o despacho de pronúncia ou materialmente equivalente, mas no entanto o Supremo Tribunal de Justiça deu ao artigo 279º n.º 1[] al. b) do CPP, uma interpretação passível de violar a nossa [C]onstituição, ou seja, uma interpretação extensiva, que extravasa a letra da lei e que repercutiu directamente na violação dos direitos fundamentais (presunção de inocência e LIBERDADE)”.

Nestes termos, parece que o recorrente tem o entendimento que, independentemente de ter havido ou não audiência contraditória preliminar, o arguido que estiver em prisão preventiva tem que ser pronunciado num prazo de oito meses e caso não seja, a prisão preventiva se extingue. Destarte, na hipótese de o órgão competente não

lhe restituir a sua liberdade, a prisão seria ilegal, o que motivaria a providência de *habeas corpus*, segundo diz com base na alínea d) do artigo 18 do CPP, na medida em que ela manter-se-ia para além dos prazos fixados pela lei.

3.2. Por sua vez, o egrégio pretório recorrido interpreta o preceito em sentido diferente. De acordo com este órgão: *“Ora, sobre esta questão, tem sido jurisprudência firme deste Tribunal que, deduzida a acusação e não tendo sido requerida Audiência Contraditória Preliminar, como foi o caso, o prazo de prisão preventiva a considerar é o previsto na alínea c) [do artigo 279 do CPP], ou seja, 14 meses para a prolação da sentença em primeira instância. [...] Acresce que, sendo a ACP facultativa, conforme decorre do art. 323º nº 2 do CPP, e não tendo sido requerida pelos intervenientes processuais com legitimidade para tanto, mal se compreenderia, por absurda, a exigência da prolação de despacho de pronúncia, que pressupõe necessariamente a realização daquela fase processual”*.

4. É importante para os efeitos desta aferição de violação de direito, liberdade e garantia ter presente os seguintes factos:

4.1. Dos autos resultam que o recorrente foi detido no dia 19 de julho de 2018 em flagrante delito, entretanto, conforme consta do despacho do Ministério Público de 21 de julho do mesmo ano, o mesmo não pôde ser apresentado ao meritíssimo juiz para primeiro interrogatório e aplicação de medida de coação, porque se encontrava hospitalizado, devido a lesão sofrida por ter saltado de um prédio aquando de sua detenção.

4.2. Assim, para os efeitos acima descritos o recorrente foi detido novamente fora de flagrante delito no dia 17 de agosto de 2018, em cumprimento do Despacho do Ministério Público de 2 de agosto de 2018 e apresentado ao meritíssimo juiz do Juízo Crime do Tribunal da Comarca de Santa Catarina, onde se procedeu ao primeiro interrogatório e à aplicação de medida de coação, tendo esta entidade determinando que ficasse preso preventivamente.

4.3. Nestes termos, o recorrente encontra-se preso preventivamente desde 17 de agosto de 2018, ao contrário do que afirma, no sentido de que estaria privado da sua liberdade desde 19 de julho de 2018.

4.4. Sendo que ele deu entrada ao pedido de *habeas corpus* no dia 19 de março de 2019 já haviam decorrido exatamente sete meses e dois dias. Pelo que nem sequer havia ainda decorrido o prazo de oito meses previsto pela alínea b) do número 1 do artigo 279, preceito que entende ser aplicável nesta situação concreta, na medida em que a prisão seria ilegal porque já estaria ultrapassado o prazo de oito meses sem ter sido notificado do despacho de pronúncia ou de outro materialmente equivalente.

4.5. Assim, parece que, mesmo que o recorrente tivesse razão na sua interpretação de que teria necessariamente de ser notificado de eventual despacho de pronúncia no prazo de oito meses, o seu pedido não teria fundamento e o *habeas corpus* teria que ser rejeitado, uma vez que aquele prazo ainda não se tinha esgotado. Portanto, a mera determinação dos factos seria suficiente para rejeitar o pedido que dirige a este Tribunal.

5. Entretanto, mesmo que esse prazo já tivesse decorrido ainda assim não parece que o seu pedido seja viável à luz do direito. Aliás, a viabilidade extremamente reduzida do seu pedido de amparo ser procedente já havia sido, de certo modo, aflorada pelo próprio acórdão de admissão, que embora tenha considerado que naquela fase do processo o Tribunal não tinha ainda como garantir com a certeza que se lhe exige que o pedido não seria procedente, também não sentiu que a probabilidade da sua concessão fosse muito forte, designadamente pela sua similitude com o pedido de decretação de medida provisória feito pelo Senhor Elton Correia decidido pelo *Acórdão 13/2019, de 8 de março*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado pelo *Boletim Oficial*, I Série, n. 46, de 24 de abril, pp. 806-812, quando se disse que “*não se pode afirmar que existe uma forte probabilidade de o direito invocado ter sido violado, nem sequer vislumbrar o desfecho do pedido de amparo*” (3.5).

5.1. Precisamente porque o que parece a este Tribunal é que a disposição legal concreta sob escrutínio não parece suscitar dúvidas hermenêuticas de monta. O número 1 do artigo 279 do Código Processo Penal que estabelece a regra geral dos prazos máximos

da prisão preventiva foi redigida em termos segundo os quais: “1. A prisão preventiva extinguir-se-á quando, desde o seu início, tiverem decorrido: a) Quatro meses sem que tenha sido deduzida acusação; b) Oito meses sem que, havendo lugar à audiência contraditória preliminar, tenha sido proferido despacho de pronúncia; c) Catorze meses sem que tenha havido condenação em primeira instância; d) Vinte meses sem que tenha havido condenação em segunda instância; e) Vinte e seis meses, sem que tenha havido condenação com trânsito em julgado”.

Naturalmente, parece não restarem dúvidas que o prazo de oito meses só se aplica àqueles casos em que há audiência contraditória preliminar. Como se sabe, esta audiência corresponde a uma fase facultativa do processo que pode ser requerida nos termos dos artigos 324 e 325 do CPP. Neste caso, tendo sido deduzida acusação e por ser crime que não depende de acusação particular, o recorrente, na qualidade de arguido, tinha legitimidade para a requerer nos termos da alínea a) do número 1 do artigo 324 desse diploma.

Não parece suscitar dúvidas, mormente doutrinárias, tal facultatividade e dependência de pedido do arguido (ou de assistente presentes certas condições), pois, considerando a letra da norma legal e as interpretações que vem sendo sujeita, sendo de se registar, por exemplo, o trecho de Jorge Carlos Fonseca, “O Novo Direito Processual Penal de Cabo Verde. Dados de um percurso. Estrutura e Princípios Fundamentais” in: Augusto Silva Dias & Jorge Carlos Fonseca (Coord.), *Direito Processual Penal de Cabo Verde. Sumários do Curso de Pós-Graduação sobre o Novo Processo Penal de Cabo Verde*, Lisboa/Praia, ICJ-FDUL/ISCJS, 2009, pp. 104-105, assim construído: “O Código, na esteira do que previa o Anteprojecto, acabou por criar uma segunda fase preliminar, a que se deu a denominação emblemática de «audiência contraditória preliminar» (ACP), com o regime previsto nos arts. 323.º a 337.º. Trata-se, como a designação sugere e o próprio art. 323.º explicita, de uma fase facultativa, que apenas poderá ter lugar a requerimento do arguido ou do assistente e na forma de processo comum (ordinário). Em caso de acusação, o requerimento poderá ser interposto pelo arguido, ou, tratando-se de crime público ou semi-público, também pelo assistente (ou por quem no acto se constitua assistente) relativamente a factos pelos quais o Ministério Público não tiver deduzido acusação e que consubstanciem crime diverso ou agravação dos limites máximos da pena aplicável (n.º 1 do art. 324.º); em caso de arquivamento, e não se

tratando de crimes particulares, o requerimento apenas poderá ser interposto pelo assistente ou por quem no acto se constitua como tal (art. 325.º). Esta fase, presidida e dirigida por um juiz, consubstancia-se numa autêntica audiência oral e contraditória, em que participam o Ministério Público, o arguido, o defensor, o assistente e o seu advogado, e se destina a obter uma decisão de submissão ou não da causa a julgamento, através da comprovação da decisão de deduzir acusação ou de arquivar a instrução, como se define, aliás, no n.º 1 do art. 323.º. É nesta fase que se produzirá toda a prova requerida previamente (requerimento para a realização da ACP – art. 326.º) ou no decurso da audiência (prova indiciária suplementar que se mostra necessária – art. 331.º, n.º 2, segunda parte, e 333.º, n.º 2), gozando o juiz dos poderes correspondentes aos conferidos ao juiz que preside à audiência de julgamento (n.º 1 do art. 330.º). É, ainda, de salientar a circunstância de poderem ser repetidos, desde que se revelem indispensáveis à realização das finalidades da ACP, os actos e diligências de prova praticados na instrução (n.º 6 do art. 331.º). A ACP será encerrada com a proferição, consoante aos casos – recolhidos ou não indícios suficientes de se terem verificado os pressupostos de que depende a aplicação de uma pena ou de uma medida de segurança -, de um despacho de pronúncia ou de não-pronúncia (art. 336.º, n.º 1). Vê-se, assim, que se trata de uma fase preliminar (não imposta pela Lei Fundamental, nem por ela, digamos, sugerida ou potenciada), mas que, ao ser criada como opção do legislador processual penal com a natureza e as finalidades atrás sumariamente descritas, teria que observar na sua estruturação os princípios constitucionais atinentes àquelas. Designadamente, é uma fase dominada pelo contraditório, de modo diferente, como vimos, do que acontece na fase de instrução, ainda que nela continue a vigorar o regime de segredo de justiça (n.º 1 do art. 110.º).

Ou ainda Jorge Noronha e Silveira, “Formas de Processo e sua Tramitação em 1ª Instância no Novo Processo Penal Cabo-Verdiano” in: *Ibid*, p. 273, para quem “**Para o arguido**, a ACP representa um importante meio de defesa contra uma acusação que ele considera infundada. Para que o arguido tenha o direito de requerer a ACP é, assim, desde logo necessário que contra ele tenha sido deduzida acusação. Mas o arguido tem de demonstrar, além disso, que pretende retirar da realização da ACP uma utilidade processual concreta. O objectivo que o arguido pretenderá com a ACP será, na maioria dos casos, o de evitar o julgamento. Para alcançar esse resultado, o requerimento da ACP tanto pode contestar apenas a matéria de facto constante da acusação, como apenas

a da qualificação jurídica, como ambas. Se a defesa do arguido não for susceptível de evitar o julgamento, ela deve, em princípio, ser apresentada apenas na contestação (art. 341.º do CPP). A realização da ACP nestes casos deve ser rejeitada, desde logo por razões de economia processual, pois dela o arguido não retirará qualquer utilidade processual relevante”. Não tendo sequer requerido a abertura dessa fase, não pode beneficiar-se de prazo que só se aplicaria caso aquela audiência tivesse sido requerida e realizada.

5.2. Aliás, essa interpretação do recorrente de que deveria ter sido notificado do despacho de pronúncia sem haver audiência contraditória preliminar não é uma interpretação logicamente possível à luz da redação normativa em causa, na medida em que nos termos da lei processual penal cabo-verdiana o despacho de pronúncia ou não pronúncia só pode ser proferido pelo juiz no decurso desta audiência.

É o que o resulta do número 1 do artigo 336 do CPP quando afirma que “*1. Encerrada a ACP, o juiz proferirá despacho de pronúncia ou de não-pronúncia, consoante tiverem sido ou não recolhidos indícios suficientes de se terem verificado os pressupostos de que depende a aplicação ao arguido de uma pena ou de uma medida de segurança*”.

5.3. Não se alcança como é que o recorrente deveria ser notificado do despacho de pronúncia ou qualquer outro materialmente equivalente sem a realização da ACP, quando optou – no quadro da estratégia processual de defesa que legitimamente gizou – por não a requerer.

E, nos casos em que a ACP não for requerida, não se vê outra alternativa senão a de considerar que o prazo máximo parcial da prisão preventiva é efetivamente como entende o órgão recorrido e o Ministério Público o de catorze meses nos termos da alínea c) do número 1 do artigo 279, pelo que ainda o prazo para o proferimento da sentença na altura do pedido de *habeas corpus* ainda estaria longe de se esgotar.

5.4. O recorrente terá eventualmente confundido duas coisas diferentes na sua essência: o despacho em que o juiz conhecerá eventuais questões prévias e incidentais, pronunciando-se sobre elas, conforme previsto no número 1 do artigo 338 do CPP e o

despacho de pronúncia cuja finalidade essencial é a obtenção, nos termos do número 1 do artigo 323 do CPP, de uma decisão de submissão da causa a julgamento, através da comprovação da decisão de deduzir acusação ou de arquivar a instrução.

O recorrente deixa essa questão transparecer ao argumentar na sua peça de pedido de *habeas corpus* que dirigiu ao tribunal recorrido dizendo que “[...] o legislador processual penal foi muito categórico nesta matéria, ao estatuir no artigo 338 e no[s] nº[s] 1[] e 2[] al. a) do artigo 339 do CPP [que] “Recebidos os autos no tribunal competente para o julgamento, o juiz da causa ou o presidente do tribunal coletivo caso tenha sido requerido, pronunciar-se-á sobre as questões prévias ou incidentais susceptíveis de obstar à apreciação do mérito da causa de que possa, desde logo, conhecer”. 11 “Resolvidas as questões referidas no artigo antecedente, o juiz despachará designando dia, hora e local para a audiência, a qual será fixada para a data mais próxima possível, mas nunca depois de quarenta e cinco dias após a recepção dos autos no tribunal”. 12. “O despacho que designa dia para a audiência conterà, sob pena de nulidade: A indicação dos factos e disposições legais aplicáveis, o que poderá ser feito por remissão para a pronúncia ou, se a não tiver havido, para acusação”. 13. O que quer dizer que o mm Juiz Judicial da Comarca de Santa Catarina, depois de ter recebido a acusação, no prazo previsto na al. a) do artigo 279º do CPP, tinha até 45 dias para pronunciar o recorrente, o que não aconteceu.”

Ao que parece o recorrente terá interpretado equivocadamente o regime aplicável, na medida em que pensa que deveria ter sido pronunciado independentemente de ter havido ACP ou não num prazo de 45 dias a partir da receção dos autos no Tribunal. Todavia este prazo não é para que o Tribunal pronuncie o arguido sobre os factos constantes da acusação ou arquivados, como funciona com o despacho de pronúncia ou de não-pronúncia, mas sim para que o tribunal se pronuncie sobre eventuais questões prévias ou incidentais e despache no sentido de marcar a data da audiência de julgamento.

5.5. Em conclusão: o despacho de pronúncia a que se refere a alínea b) do número 1 do artigo 279 só pode ser proferido no encerramento da ACP, tanto é que esta disposição legal expressamente prevê para a sua aplicação que tenha havido audiência contraditória preliminar.

Assim, só havendo audiência contraditória preliminar é que o tribunal tem oito meses para pronunciar o arguido, evitando que o prazo de prisão preventiva expire. Não havendo essa audiência, parece que a interpretação mais lógica e que de modo nenhum atinge os direitos, liberdades e garantias invocados pelo recorrente enquanto parâmetro decisório é que o tribunal terá 14 meses para prolatar a sentença, caso contrário o prazo de prisão preventiva extinguir-se-á, conforme previsto na alínea c) do número 1 daquela disposição legal, e se se mantiver passa a ser ilegal, sendo este facto um fundamento para o requerimento de *habeas corpus*.

6. Qualquer tribunal cabo-verdiano quando interpreta normas do direito ordinário, além de poder agir somente dentro do quadro do direito aplicável, em razão do princípio do Estado de Direito, deve considerar no processo hermenêutico as normas constitucionais, especialmente as que consagram direitos, liberdades e garantias. Portanto, é evidente que o ato de interpretação, pressuposto da definição de sentidos normativos e da subsequente aplicação do Direito ao caso concreto, não é livre, impondo-se que a inferência dos mesmos, na medida do possível, se faça de acordo com aquela bitola. Em certas situações, impõe-se inclusivamente a desconsideração por desaplicação de normas ordinárias que padeçam de vícios de constitucionalidade e a aplicação direta de normas fundamentais na ausência de regulação legal. Todavia, quando existem normas de tal teor a regular uma conduta, a menos que se esteja perante o problema detetado de incompatibilidade com a Constituição, a exigência que se dirige ao aplicador é que considere, dentro da abertura que o texto normativo lhe concede, os direitos, liberdades e garantias que lhe estão conexos e quiçá promova sempre os sentidos possíveis que garantam a sua eficácia.

Mas isso é, naturalmente, dentro do espaço hermenêutico disponível. No caso concreto, é quase cristalino que perante a norma legal aplicada, o órgão recorrido não tinha ao seu dispor qualquer sentido que pudesse, em abstrato, conduzir ao resultado que o recorrente pretende, posto que sendo verdade que a sua manutenção em regime de prisão preventiva antes da determinação definitiva da sua culpa sempre atinge a sua liberdade, trata-se (a prisão preventiva) de situação prevista pela Constituição e desenvolvida pela Lei, a qual, neste caso concreto, não abria margem para qualquer hermenêutica mais favorável à liberdade sobre o corpo. Nem tal sentido inconstitucional lhe foi atribuído

pelo órgão recorrido, nem tão-pouco normativamente tal norma revela-se desprovida de compatibilidade com a Lei Fundamental.

III. Decisão

Pelo exposto, os Juízes do Tribunal Constitucional reunidos em Plenário decidem rejeitar o pedido de amparo na medida em que não houve violação da liberdade sobre o corpo e da garantia da presunção da inocência atribuível ao órgão recorrido.

Registe, notifique e publique.

Praia, 9 de agosto de 2019

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 13 de agosto de 2019.

O Secretário,

João Borges